



ESG, a sustentação e o elo de Governança e *Compliance*

Prof^a. Célia Lima Negrão.

Abertura

Objetivo do Curso

Promover o conhecimento aos profissionais e gestores que atuam no setor público e setor privado acerca do tema ESG, detalhando cada sigla deste conceito, com foco principal na atuação de governança e *compliance*, com o aprofundamento necessário ao entendimento conjunto do tema, seus desafios, riscos, ameaças e oportunidades, sendo o caminho viável para a construção de instituições perenes, sob a “nova” ordem mundial, integrada, a partir dos contextos sociais, ambientais e de governança.

Agenda



1. ESG

1.1 Conceitos.

1.2 Vantagem competitiva, de negócios e governamental.

1.3 Elementos essenciais para o setor privado e setor público.

1.4 Sociedade 5.0.

1.5 ISO 26000.

1.6 Pacto Global.

1.7 ODS.

1.8 Agenda 2030.

Agenda

2. “G”- *Governance* ou Governança, em português.

2.1 Visão geral. Histórico. Desenvolvimento nacional.

2.2 Função Governança (Pública e Privada). Princípios e pilares fundamentais.

2.3 Previsões legais, normativas e indicadores (setor privado e setor público).

2.4 ISO26000.

2.5 Governança e compliance. Integridade Pública.

2.6 Compliance e gestão de riscos como pilares fundamentais de instrumentalização do ESG. Compliance ambiental. Aspectos legais e cenários futuros no setor público e privado.

2.7 Gestão de riscos ambientais. Cisne verde. Os riscos do fórum mundial.

2.8. Cultura Organizacional, responsabilidade e prestação de contas.

2.9 Relato Integrado (TCU,GRI). Sistema de avaliação e indicadores corporativos.

Agenda



3. ESG , “E”, *environment* ou meio ambiente, em português.

3.1 Evolução do tema.

3.2 Legislação e normas técnicas (Lei 13.303. TCU).

3.3 Princípios e estratégias de atuação no “E” – ISO 26000.

3.4 Projetos, ações e ferramentas existentes.

3.5 Metas para redução. “Pegada” de carbono – Meio ambiente e rentabilidade.

3.6 Sustentabilidade no setor público.

3.7 Contratações sustentáveis.

3.8 Auditoria ambiental.

Agenda



- 4. ESG , “S” , *social*, ou social, em português.**
- 4.1 Evolução do tema. Conceitos. Direcionamento atual.**
- 4.2 Legislação, jurisprudência, normas técnicas.**
- 4.3 Direitos Humanos e práticas trabalhistas.**
- 4.4 Compliance Trabalhista.**
- 4.5 Assédio Moral e Sexual.**
- 4.6 Práticas de referência: Setor Público e Privado.**

Dinâmica

1. Vídeos.
2. Slides em pdf.
3. Artigos, normas e demais documentos de apoio relacionados aos temas.
4. Fóruns.
5. Avaliação.
6. Certificado.

Currículo Acadêmico e Profissional



- ✓ Possui graduação em Administração de Empresas pelo Instituto de Educação Superior IESB
- ✓ Especialista em Governança e Compliance pela Universidade de Brasília – UNB
- ✓ Especialista em Gestão Estratégica Empresarial pela Universidade de São Paulo – USP.
- ✓ MBA na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, pela POLIVITAS.
- ✓ Especialista em Direito e Processo do Trabalho, pela Anhanguera SP
- ✓ Certificada em Gestão de Projetos pelo *Project Management Institute* – PMI.

- ✓ Participou do *Canadian Fraud Conference*, realizado no Canadá, pela *Association of Certified Fraud Examiners* – ACFE, um dos maiores eventos sobre fraude do mundo, com treinamento semanal acerca das principais técnicas e atuação de compliance anticorrupção.

- ✓ Coautora do livro *Compliance, Controles Internos e Riscos*, 2ª Edição, primeiro livro a abordar a Lei Anticorrupção (12.846/2013), bem como, em sua segunda edição, o Decreto regulamentador 8.420/2015 desta Lei e, também, a Lei das Estatais 13.303/2016. O Livro está há mais de três anos no *ranking* dos mais vendidos na *Amazon*, assumindo a posição de liderança diversas vezes, por semanas. Conta com mais de 200 citações em monografias, teses de doutorados, eventos, no Brasil e exterior. Foi referenciado em artigos no Congresso de Juristas de Barcelona.

- ✓ Autora de artigos, entre eles, publicado na Revista de Estudo de Direito Postal dos Correios sobre a Lei Anticorrupção, na Administração Pública Brasileira e no Informativo Nacional Fórum Jacoby: Prevenção ao enriquecimento ilícito e situações de conflito de interesses: Decreto nº. 10.571/2020; Governança e Compliance para partidos políticos; e Sistema de Integridade Pública, ambos, publicados no Estadão.

Currículo do Instrutor

- ✓ Possui *PlayList* de *compliance* no canal do Professor Jacoby Fernandes no *youtube*. Realiza palestras nas áreas de governança, *compliance* e riscos.
- ✓ Analista de carreira dos Correios, exerceu atividades nas áreas de Tecnologia, Gestão de Pessoas, Auditoria Interna, Relações Institucionais, Administração e Compliance e Riscos.
- ✓ Atuou na área de coordenação e integração de projetos corporativos com aporte de TI, com os gestores de projetos em treinamentos e implantação dos projetos com base no PMBOK, do *Project Management Institute* – PMI e realizando a integração entre diversos projetos da área de tecnologia com as demais áreas dos Correios.
- ✓ Coordenou os trabalhos na Auditoria Interna para implementação de programa de prevenção às fraudes dos correios, com base em normas de auditoria interna, COSO, IIAL e na implantação e estruturação de auditorias por projetos (modelo do PMI).
- ✓ Desenvolveu e estruturou processos e mecanismos de compliance e gestão de riscos na área Diretoria de Gestão de Pessoas com foco nas regulações trabalhistas, com desenvolvimento de padrões de conformidade e riscos atuando conforme a ISO 31000 e COSO ERM, tendo realizado estudos junto às empresas Vale, Siemens, Banco do Brasil, Bradesco, Banco Central, CPFL, Banco do Nordeste, dentre outras.
- ✓ Participou do Grupo de implementação do modelo de Sistema de Controle Interno dos Correios e do Grupo de Governança relativo aos estudos e adequações dos Correios e subsidiária à Lei 13.303/2016 e Decreto 8.945/2016.

Currículo do Instrutor



- ✓ Estruturou e exerceu a Chefia de Departamento de Compliance e Riscos dos Correios, de 2019 a 2021, com o desenvolvimento das gerências corporativas de compliance e de riscos, com a definição de atribuições, funções, equipes e orçamento. No período a área desenvolveu e promoveu diversas ações, tais como: Elaboração e aprovação dos planos anuais de integridade com ações de todas as áreas da Empresa. Desenvolvimento de diversas políticas corporativas alinhadas à Lei das Estatais 13.303/2016, às orientações da Sest/ME e às boas práticas de mercado recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tais como: políticas corporativas de compliance, de gestão de riscos, de consequências, de transações com partes relacionadas, divulgação de informações relevantes e aprovação pela Alta Administração, Conselhos e Comitê de Auditoria. Desenvolvimento e aprovação do Programa de Integridade e coordenação do Grupo constituído para elaboração e aprovação do Programa de Compliance Concorrencial, a partir do acordo firmado com o CADE, baseado nas regulações da Lei Concorrencial. Realização de estudos e acompanhamento da adequação dos Correios à Lei de Proteção de Dados - LGPD nos Correios. Atuação na definição de ações de tratamento para os riscos à integridade nos processos da cadeia de valor, além de ações para a detecção de riscos à integridade por meio do cruzamento de dados e informações dos sistemas corporativos. Desenvolvimento de modelo de *due-dilligence* de terceiros, com realização de avaliação de riscos de toda a cadeia de fornecedores dos Correios. Elaboração e promoção de diversos treinamentos corporativos, tais como EAD Compliance, EAD Combatendo a Corrupção e EAD Compliance Concorrencial, obtendo a participação de mais de 94mil empregados. Desenvolvimento e condução de campanhas de comunicação empresarial.

Currículo do Instrutor



- ✓ Como Chefe da área de riscos, atuou na implantação de sistema corporativo de gestão de riscos, mapeamentos de riscos de todas as áreas/diretorias do Correios, com aumento expressivo de 115% nos mapeamentos de riscos realizados pela empresa e em outras diversas ações, tais como: estruturação de normas e procedimentos para a operação da gestão de riscos corporativa. Desenvolvimento e aprovação do modelo de governança de riscos com definição de papéis e responsabilidades e reportes trimestrais de monitoramento de riscos, ações de tratamento e possíveis não cumprimentos. Definição de critérios e métodos de riscos para o Planejamento Estratégico, baseados no *COSO ERM Integrating with Strategy and Performance*, com revisão e a atualização dos riscos estratégicos. Construção de painel *dashboard* de riscos, em *Microstrategy*, integrado ao sistema corporativo de riscos com visualização do panorama geral de riscos, por Diretoria, ações de tratamento, criticidade, entre outras. Atuação no aprimoramento da maturidade de riscos das coligadas dos Correios, Postalís e Postal Saúde, com a realização de diagnóstico e plano de ação de riscos e compliance, com monitoramento e a avaliação periódica.

Currículo do Instrutor



- ✓ Atuou na assessoria da Diretoria de Administração, na implantação dos Centros de Serviços Compartilhados (CSCs) e condução da Prestação de Contas Anual e Auditoria Externa. Participou de grupos de trabalho para implementação e estruturação da Empresa de Participações dos Correios, com foco na estruturação dos mecanismos da governança corporativa, controles e riscos em processos de *Mergers and Acquisitions (M&A)*.
- ✓ Na assessoria de Relações Institucionais, atuou no planejamento de ações de sustentabilidade ambiental e social, elaboração de relatórios no modelo GRI, controle de auditorias externas, externas e elaboração do Relato Integrado, novo modelo de prestação de contas, adotado pelo TCU.
- ✓ Atualmente, atua na Superintendência de Brasília dos Correios, com a condução de projetos e assuntos de voltados ao acompanhamento de indicadores financeiros e de resultados, ESG e compliance e riscos.
- ✓ No Sistema “S” exerceu a chefia da área de educação e coordenou os assuntos voltados à estratégia empresarial, alinhada às diretrizes nacionais para o sistema “S”.
- ✓ Atua na orientação às empresas e profissionais da área, na estruturação de programas de compliance e riscos, como produtora de conteúdo digital, palestrante e professora nas temáticas de ESG, Governança, Compliance



Obrigada!
Vamos à primeira aula!



Prof^ª. Célia Lima Negrão



www.3RCAPACITA.com.br



ESG, a sustentação e o elo de Governança e *Compliance*

Prof^ª. Célia Lima Negrão

Conceitos

- O termo ESG significa *environmental, social and governance*, ou seja, ambiental, social e governança, em português.
- O ESG trata de desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, refere-se à integração de objetivos de qualidade de vida, saúde e prosperidade, com justiça social, governança e combate à corrupção, com a perfeita manutenção dos recursos naturais para suportar a vida em toda a sua diversidade.
- Estes objetivos ambientais, sociais e de governança são interdependentes e reforçam-se mutuamente.
- Quando falamos em ESG, falamos em uma pauta que se adequa às realidades do setor privado, público, governo e sociedade. Trata-se da integração de todos os esforços.

Conceitos



- **Ambiental:** Há uma série de regulações, normas e práticas de sustentabilidade ambiental, protocolos e pactos de abrangência mundial, inclusive, a lei ambiental que dispõe de sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. É preciso desenvolver produtos e serviços sustentáveis com menor impacto ao meio ambiente, prezando pelos recursos naturais.
 - **Social:** Envolve políticas, diretrizes e práticas de responsabilidade social, tais como: diversidade, equidade, práticas trabalhistas e relações do trabalho (condições de trabalho e proteção social), saúde e segurança no trabalho, desenvolvimento humano.
 - **Governança:** Compreende práticas anticorrupção, concorrência leal, gestão de riscos, melhorias de controles, indicadores, reputação e ética e, além disso, conectar todos os temas como uma proposta de governança corporativa da empresa com maior abrangência no que se refere à responsabilidade social, ampliando os temas para um tom mais estratégico e de tomada de decisão.
- **Cada tema (sigla) será discutido e apresentado nos próximos módulos.**

Surgimento do ESG

- O termo foi utilizado em 2004. **Surgiu** de uma provocação do secretário-geral da ONU Kofi Annan a 50 CEOs de grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais.
- Na mesma época, a UNEP-FI lançou o relatório *Freshfield*, que mostrava a importância da integração de fatores ESG para avaliação financeira.
- Essa integração parte do mercado de capitais, onde os investidores buscam por empresas que possuem ESG. Atualmente, há mais que um diferencial competitivo ou para atrair investidores, é uma necessidade pela sobrevivência mundial, a exemplo, das questões climáticas que despontam como o maior risco a ser enfrentado.

ESG no mercado de capitais

- Segundo relatório da PwC, até 2025, 57% dos ativos de fundos mútuos na Europa estarão em fundos que consideram os critérios ESG, o que representa US\$ 8,9 trilhões. Além disso, 77% dos investidores institucionais pesquisados pela PwC disseram que planejam parar de comprar produtos não ESG nos próximos dois anos.
- No Brasil, **fundos ESG captaram R\$ 2,5 bilhões em 2020** – mais da metade da captação veio de fundos criados nos últimos 12 meses.

ESG no mercado de capitais

- Ampliação do portfólio de índices ESG, a B3 lançou, em setembro de 2020, em parceria com a S&P Dow Jones, **índice S&P/B3 Brasil ESG**, que utiliza critérios baseados em práticas ambientais, sociais e de governança para selecionar empresas brasileiras para sua carteira.



O BTG Pactual lançou o ETF (ESGB11), fundo de índice negociado em bolsa que considera aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) das empresas constituintes.

A maior gestora de ativos do mundo, a BlackRock, com mais de USD 6 trilhões em carteira, passou a incluir em 2020 métricas ESG, transversalmente, em todas as suas análises de riscos.

BlackRock.

Vantagem competitiva de negócios e governamental

- ESG impacta de forma direta nos países, governos, por consequência, em todas as empresas e esferas de governo que precisam estar aderentes ao ESG. Maior competitividade, recebimento de investimentos e sustentáveis a longo prazo.
- O mercado e a sociedade cobram responsabilidade ambiental, social e de governança das empresas o que reflete diretamente no valor e reputação dos governos e todas as empresas, de todos os setores, público e privado.
- Os aspectos ambientais e sociais não significam apenas uma agenda institucional, são temas centrais nos debates dos setores público e privado e da sociedade civil.
- O setor público e privado devem alinhar estratégia e modelo de negócios aos impactos sociais e ambientais no ecossistema em que se inserem.
- **Urgência – “sair do discurso e entrar na prática”**

Elementos essenciais para o setor privado e setor público

- ESG é o termo que fará a diferença para qualquer empresa que pretende se destacar no mercado e ser sustentável a médio e longo prazo.
- Faz a diferença para o governo na medida em que também incorpora critérios de sustentabilidade na prestação dos serviços, o que gera valor para a sociedade como um todo.
- Avanço de maneira sustentável (produtos/serviços), como direcionamento dos investimentos e de estratégia de crescimento, aliado ao desenvolvimento integrado, responsável e ético das pessoas (sociedade/funcionários/servidores) das empresas e dos entes da administração pública.
 - **Estratégia ESG bem definida**
 - **Compliance e riscos**
 - **Pessoas e tecnologia (sociedade 5.0)**
 - **Processo produtivo/Prestação de serviços (sustentável)**
 - **Execução ADERENTE às diretrizes estratégicas (monitoramento/indicadores)**

Sociedade 5.0 – Modelo de Organização Social

- Conceito criado no Japão.
- Tecnologias (big data, inteligência artificial, mineração de dados, internet) para criar soluções baseadas nas necessidades humanas.
- O objetivo é desenvolver serviços necessários ao bem-estar a qualquer hora, em qualquer lugar e para qualquer pessoa.
- Conceito de cidades inteligentes: a conexão das cidades e todos os seus espaços de modo inteligente, a partir do uso da tecnologia.
- A tecnologia trazendo benefícios sem agredir o meio ambiente.



Conceito de cidades inteligentes: a conexão das cidades e todos os seus espaços de modo inteligente, a partir do uso da tecnologia.

Fonte: <https://fia.com.br/blog/sociedade-5-0/>

Elementos essenciais para o setor privado e setor público

- Governos, instituições , empresas, sociedade, todos percebem que há uma nova ordem mundial chamada “responsabilidade social”.
- Importante avaliar normativos relevantes que apresentam os requisitos necessários para atender a responsabilidade social.
- Quais ferramentas que podem apoiar a inclusão do tema no ambiente público e privado?
 - ISO 26000: auxilia as organizações a contribuir para o desenvolvimento sustentável, além do cumprimento da lei, reconhecendo que o cumprimento da lei é um dever fundamental de qualquer organização e parte essencial da sua responsabilidade social. Pretende-se promover o entendimento comum no domínio da responsabilidade social, e complementar outros instrumentos e iniciativas de responsabilidade social e não substituí-los.
 - Indicadores Ethos: aborda temas que se inter-relacionam: a ética, a transparência, o desenvolvimento sustentável e as partes interessadas.

ISO 26000



■ Princípios da responsabilidade social

- **Prestação de contas e responsabilidade:** Recomenda-se que a organização preste contas e se responsabilize por seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente.
- **Transparência:** recomenda-se que a organização seja transparente em suas decisões e atividades que impactam na sociedade e no meio ambiente.
- **Comportamento ético:** recomenda-se que a organização comporte-se eticamente.
- **Respeito pelos interesses das partes interessadas:** recomenda-se que a organização respeite, considere e responda aos interesses de suas partes
- **Respeito pelo estado de direito:** supremacia da lei e, em especial, à ideia que nenhum indivíduo ou organização está acima da lei e que o governo também está sujeito à lei. O estado de direito contrapõe-se ao exercício arbitrário do poder.

ISO 26000

- **Respeito pelas normas internacionais de comportamento:** recomenda-se que a organização respeite as normas internacionais de comportamento, ao mesmo tempo em que adere ao princípio de respeito pelo estado de direito.
- **Respeito pelos direitos humanos:** recomenda-se que a organização respeite os direitos humanos e reconheça tanto sua importância como sua universalidade

ISO 26000



Figura 3 – Os sete temas centrais

Pacto Global. ODS.

- Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, e compõem uma agenda mundial, pactuada pelo Brasil e outros 192 países, para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.



Pacto Global. ODS



Graphics by Jerker Lokrantz/Azore

- “cultura de integração temática, de forma a evitar a abordagem fragmentada que poderia impedir o cumprimento da Agenda 2030 em sua integralidade”.
- Plano de Ação composto por 17 objetivos, 16 temáticos e 1 sobre meios de implementação, bem como um total de 169 metas, que contemplam de forma integrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável - ambiental, social e econômica.

Entendendo os ODS



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

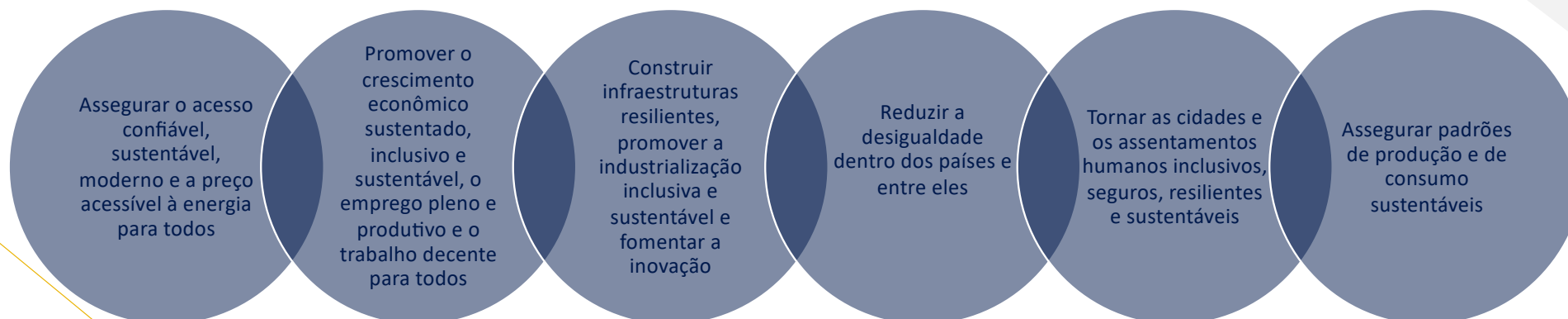
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

Entendendo os ODS



Entendendo os ODS



Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos*

Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

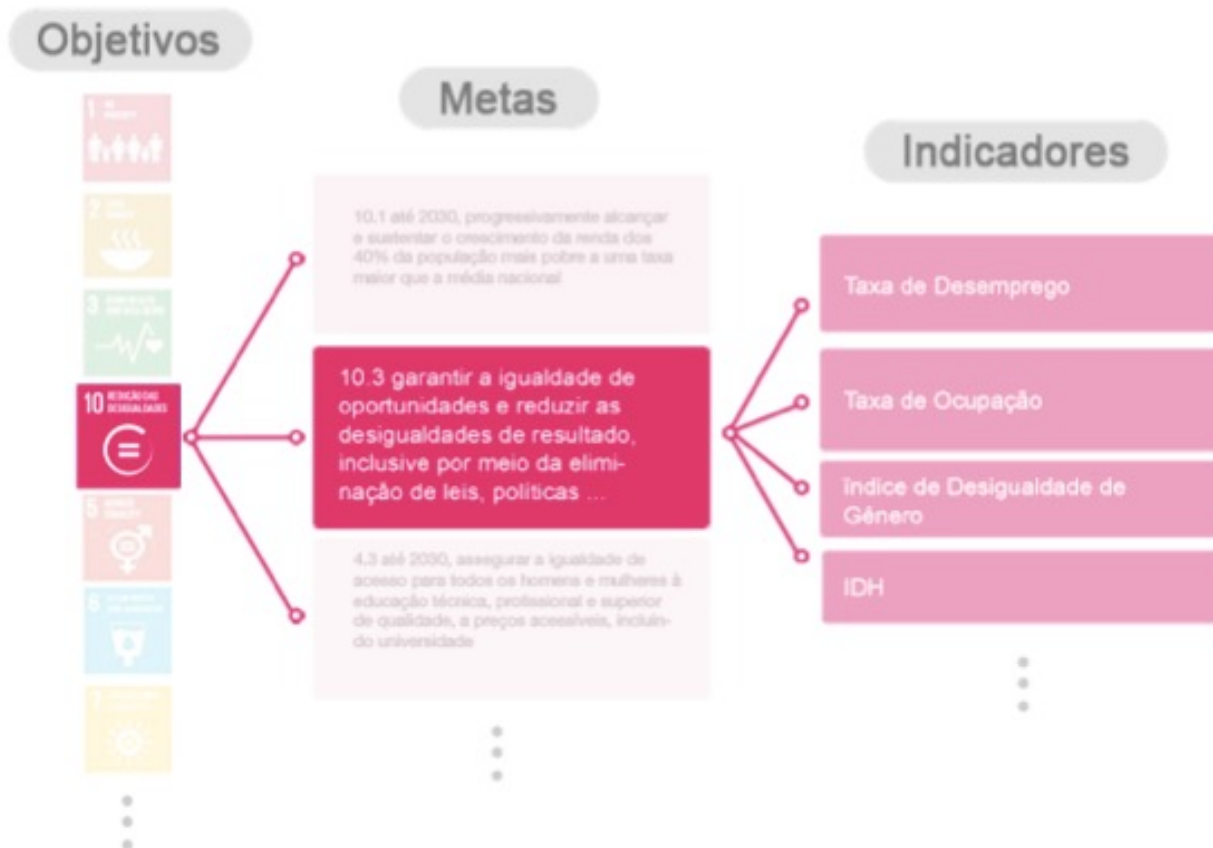
16.5 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=16>

Agenda 2030 – monitoramento



Fonte: <http://www.agenda2030.com.br/acompanhe/>

Como está o Brasil na agenda 2030?



Para conhecer:

1. Há um acompanhamento da agenda 2030 e os dados e avanços ficam disponíveis no site dos ODS;
2. Decreto 10531/2020

DECRETO Nº 10.531, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

- Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.
- O anexo apresenta uma série de objetivos, distribuídos em eixos que tratam:
 - do desenvolvimento econômico;
 - da infraestrutura,
 - das questões ambientais
 - das questões sociais
- Objetivos e eixos relacionam-se aos ODS, apesar de não estarem vinculados diretamente e explicitamente.
- Planejamento de longo prazo está alinhado à política de governança da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 9.203/17.

DECRETO Nº 10.531, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020



Índice-chave	Último valor disponível	Unidade	Ano	Fonte	Meta 2031 (Cenário de referência)	Meta 2031 (Cenário transformador)
Pilar "Instituições" do ICG	48,1	0-100	2019	Fórum Econômico Mundial	49,3	49,9
Grau de facilidade de fazer negócios	59,1	0-100	2020	Banco Mundial	67	71
Indicadores de Governança Mundial (Voz e Accountability)	60,59	0-100	2018	Banco Mundial	65,88 (ref. 2010)	79,31
Indicadores de Governança Mundial (Estabilidade Política)	31,90	0-100	2018	Banco Mundial	57,14 (ref. 2002)	60,95
Indicadores de Governança Mundial (Eficácia do Governo)	36,06	0-100	2018	Banco Mundial	63,27 (ref. 2003)	77,88
Indicadores de Governança Mundial (Qualidade Regulatória)	39,90	0-100	2018	Banco Mundial	65,8 (ref. 1998)	88,94
Indicadores de Governança Mundial (Estado de Direito)	44,23	0-100	2018	Banco Mundial	56,34 (ref. 2001)	81,73
Indicadores de Governança Mundial (Controle da Corrupção)	40,38	0-100	2018	Banco Mundial	63,03 (ref. 2011)	82,21
Índice de Governo Digital E-Government Development Index - EGDI	0,76	0-1	2020	ONU	0,82	0,85

2. EIXO INSTITUCIONAL

2.1. Diretriz

■ Aprimorar a governança pública, com foco na entrega efetiva de serviços ao cidadão e na melhoria do ambiente de negócios, garantindo a soberania e promovendo os interesses nacionais.

■ 2.2. Índices-chave e respectivas metas-alvo

DECRETO Nº 10.531, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

■ 4. EIXO AMBIENTAL

■ 4.1. Diretriz

- Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social.

■ 4.2. Índices-chave e respectivas metas-alvo

4.3.1. Desafio: melhorar a qualidade ambiental urbana.

4.3.2. Desafio: implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono.

4.3.3. Desafio: assegurar a preservação da biodiversidade, a redução do desmatamento ilegal, a recuperação da vegetação nativa e o uso sustentável dos biomas nacionais.

4.3.4. Desafio: promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente.

DECRETO Nº 10.531, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

■ 5. EIXO SOCIAL

■ 5.1. Diretriz

- Promover o bem-estar, a família, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e da redução das desigualdades sociais e regionais.

■ 5.2. Índices-chave e respectivas metas-alvo

5.3.1. Desafio: ampliar o acesso à educação, a permanência nesta e principalmente a sua qualidade.

5.3.2. Desafio: melhorar o acesso aos serviços de saúde e a sua qualidade.

5.3.3. Desafio: reduzir a criminalidade violenta, sobretudo o número de vítimas fatais.

5.3.4. Desafio: reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais.

5.3.5. Desafio: efetivar os direitos humanos fundamentais e a cidadania.

ESG, a sustentação e o elo de Governança e *Compliance*

Prof^a. Célia Lima Negrão



Estudo Complementar

Leitura dos ODS e estudo do ODS 16.

1. Refletir sobre os objetivos e sua importância às atividades de governança e compliance.
2. Avaliar os dados disponíveis no site ODS para uma reflexão de onde estamos e o cumprimento desta agenda até 2030.

Material complementar

- Tabela com os links dos principais tópicos - materiais complementares
 - Agenda 2020 – ODS
 - Pacto Global da ONU – sobre ESG
 - Relatório de acompanhamento das ações – Agenda 2030.
 - Sociedades 5.0
- Decreto 10.531/26.10.2020
- Artigo O futuro do ESG, por Célia Lima Negrão

Demais módulos

- Nos próximos módulos vamos abordar as siglas separadamente, apresentado os elementos, fundamentos e aspectos atuais e práticos de todas as siglas.
- Então, vamos ao módulo II! Te encontro logo mais.